

# CORREIO DO SUL

Bi-semanario independente, de informação e propaganda do Algarve

Secretario da Redação—JOSE DIAS SANCHO  
REDAÇÃO e ADMINISTRAÇÃO—PRAÇA ALEXANDRE HERCULANO, N.º 26

DIRECTOR E EDITOR  
ANTONIO SANTOS

Administrador—ALBERTO MONTEIRO  
COMPOSIÇÃO e IMPRESSÃO—TIP. REGIONAL EDITORA, L.ª



## A POLITICA Os novos parlamentares

Considerações sobre o proximo acto eleitoral

Diz-se que as eleições gerais não chegam a fazer-se porque antes delas uma revolução victoriosa, a exemplo dos vizinhos do lado, dispensará a colaboração do Parlamento na administração do país; diz-se que se nova tentativa dessa natureza se esboçar, o governo a subjugará, como com os anteriores tem sucedido, procedendo ao acto eleitoral em prazo que certamente não excederá o fim do ano.

Quod volumus facile credemus; dentre estas duas hipóteses cada uma escolha como mais certa a que mais lhe agrada: ambas tem possibilidade e probabilidade de se realizar. Nós ficaremos com a nossa opinião: nem as eleições nem as revoluções porão á frente dos destinos do país os homens mais competentes para os dirigir; essas competências, se as ha, são em reduzido numero e não fizeram ainda na opinião a sufficiente pressão para que a opinião as leve com a voz do sufrágio ou com a ponta das espadas.

A crise portuguesa é essencialmente uma crise de educação.

O defeito fundamental do povo português é a sua tímida incompreensão da solidariedade, diz-nos um dos mais inteligentes pensadores do nosso tempo, o dr. Agostinho de Campos.

Onde não ha uma intelligente compreensão da solidariedade, não ha nem pode haver competencia politica.

Um outro pensador, este francez, homem que sabe ligar no seu espirito a predileção pela politica activa, pois que é actualmente o presidente do ministerio no seu país e a predileção pela sciencia, pois que é dos mais notaveis mathematicos do professorado francez, o sr. Painlevé, disse ha dias: a sciencia de governar os povos vai sendo cada dia mais difficil e ameaça exceder as possibilidades do cerebro humano.

Seria de crer que á politica se dedicasse um estudo meticoloso e cuidado e não que se considerasse simples distração de curiosos, quer essa distração consista em conquistar votos para as eleições ou em aliciar gente para revoluções.

Não é assim, sabem-no todos, e é por isso que nós dizemos que nem das eleições nem das revoluções pode vir aquilo que é costume chamar-se nos artigos de fundo a salvação nacional. Só quando a sociedade portuguesa estiver sufficientemente educada para compreender bem os seus interesses colectivos é que pode haver bons politicos e por consequencia boa politica.

Mas uma legua começa por uma passada.

Essa obra de educação colectiva tem que fazer-se.

Já são felizmente numerosos os alistados nessa cruzada. Não são ainda bastante ouvidos; as gerações actuais não aproveitarão dos seus conselhos; aproveitarão as futuras.

Os leitores vão julgar nos imo destes se nos pretendermos enfileirar nessa util falange, embora num obscuro lugar. Sirva de desculpa a sinceridade com que pretendemos expôr o que nos ensi-

nam a observação dos factos e as lições da Historia.

Se é certo que o novo Parlamento não poderá ser, em caso algum, a assembleia ideal, omnisciente e justa que descubra e trace o caminho da verdadeira politica—como o não fará nenhuma dictadura revolucionaria—porque ha acima de tudo a conformação viciosa do meio donde teem de sair fatalmente os parlamentares ou os ditadores, não é menos certo que os exemplos do passado podem servir para que se procure aperfeiçoar as instituições parlamentares.

E os que no Parlamento tenham fé e por intermedio dele queiram aperfeiçoar a democracia, devem atentar ao fazer o seu exame de consciencia eleitoral, em duas ordens de factos dum importante significado.

Constituem a primeira a revolução do 18 de abril, a sua succedanea de 18 de Julho e os julgamentos do Arsenal que bem podem considerar-se como uma terceira revolução.

Já fizemos oportunamente considerações sobre este movimento.

Não temos que as rectificar. Os revoltosos conquistaram um certo ascendente sobre a opinião.

Porquê? Porque a sua acção consistia em mudar o que para ali está (é a frase consagrada). O que para ali vinha era melhor? A avaliar pelo que se passa na Sala do Risco, a mentalidade dos revolucionarios não dava grandes garantias da sua victoria nos fazer em trazer naquella atmosfera de tolerancia, de justiça e por consequencia, de socego que é indispensavel para o verdadeiro progresso. Mudariam as pessoas mas, na melhor das hipóteses, não mudaria a politica. O santo e a senha seriam sempre a guerra, o sectarismo, o facciosismo cego e mau conselheiro.

No entanto o facto permanece incontestavel. Embora não deixe de ser interessante e digno de notar-se que entre os defensores dos réus hajam politicos militantes e activos com parte directa e responsabilidades elevadas no que para ali está, o ambiente formado em volta dos julgamentos do Arsenal revela um profundo divorcio entre uma parte activa e importante da opinião e o estado actual da politica portuguesa, descontando mesmo nessa parte a opinião aquilo que corresponde á opposição profissional e sistemática contra as instituições republicanas.

Esse divorcio deve filiar-se em primeiro lugar no desleixo a que tem sido votada a questão da ordem publica. O movimento revolucionario gira todo em volta destes pontos: o desprestigio do Exército, a sua impotencia material e a fraqueza da sua autoridade para manter a ordem ameaçada, sobretudo pela actividade dos elementos que é costume chamar avançados.

Não perderemos tempo em de-

Conclue na 2.ª pagina

## Em Arte O QUE É O REGIONALISMO?

Carta a FERREIRA DE CASTRO

Peço-lhe que me perdõe interrompê-lo no fecundo labor da sua Arte, da sua arte tão vibratil e cromática, tão veemente e sincera, com esta desataviada carta, rapidamente improvisada sobre o joelho, depois de ler a sua bella crónica de livros no «A B C» de 27 do mês p. p. que assim tardamente chegou a minhas mãos. Sim, V. perdôa-me, decerto, em nome da nossa boa, da nossa estreita amizade!

E' que ao correr os olhos sequeiosos sobre as linhas que V. dedicou a *Filhas de Babilônia*, de Aquilino Ribeiro, tambem meu amigo e talento pujante que muito admiro, um grave problema se revolve em minha consciencia, por detrás desta pergunta, verdadeira armadilha de ingenuos: —O que é o regionalismo?

De facto, mesmo supondo saber no que êle consiste, eu fico na duvida se o hei-de condenar formalmente (como o meu amigo), ou se o hei-de considerar, já não digo com entusiasmo, mas com benevolencia, como tanta gente faz...

Tentei dissuadir-me a mim próprio de o importunar com tais razões, mas o que tem que ser tem muita força, dizem os meus irmãos árabes, e cuidei que alguma utilidade para mim adviria de eu alinhar as minhas ideias acerca de tão momentoso assunto, considerando ainda que ha mais pessoas a quem estas bagatelas d'arte interessam e gostariam de beber em sua lílimã prosa a convicção de que em verdade o regionalismo, ainda mesmo quando representa um triunfo, não passa de «uma derrota em travesti...»

Electivamente o problema tem um valor maior do que á primeira vista parece e dava pretexto facil para um volume de erudição e ponderosos conceitos, pois, em ultima análise, nele se cifra a escolha de diretriz a quem os autores se devem ater na elaboração de suas obras.

Estamos portanto em face de qualquer coisa de grave que importa imparcialmente esclarecer.

Diz V. que a literatura chamada regionalista «tem sempre horizontes limitados, cria fronteiras aos leitores, diminui a expansão da beleza que o escritor criou».

E' este um assunto grave que precisamos de debater.

Quanto a mim, alimento a convicção de que isso de regionalismo verdadeiramente não existe, visto que o conteúdo literário continua a ser o mesmo d'antes, tendo variado apenas o rótulo, para lhe dar novidade. Concretamente considerado, na sua lógica existencia, esse regionalismo tão discutido como brotoêja contemporânea sempre existiu, de forma que esgrimir contra êle se me afigura qualquer coisa de semelhante a pelear contra moinhos de vento.

Exemplos? Ha milhares. Em caso contrario não seria verdadeira a lei do ambiente pela qual se justificam a maneira e os motivos psicologicos do escritor, e até a sua psicologia e indole física, pelo meio em que vive, pelas regiões em que habita, e ainda pela pro-

pria configuração do terreno onde seus olhos circumvagam e seus passos se desdobram.

E' esta a modelação a que procedem no espirito dos artistas a sociedade e a paisagem, o convívio e o panorama.

Eis um regionalismo muitas vezes inconsciente, embora, e na sua forma mais lata; todavia regionalismo psíquico na verdadeira acepção do termo!

A Arte que não pinte o que os olhos vêem, ainda que em estilizações de tropos e outros complicados adereços gramaticais, não passará de Arte falaz, porque é Arte abstrata, Arte no espaço, e os séculos só costumam guardar as obras que refletem épocas ou costumes, que definem almas ou estados d'alma, ainda que partindo do singular para a generalidade, vindo a proposito dizer que nada mais falso do que a vulgar afirmação de que a alma humana é a mesma em toda a parte.

Desta negativa deriva a criação de monografias de alma em que a moderna literatura ta to tem brilhado, pois se cada um de nós, por suas taras, idiosincracias, e quejandos males, dilere dos outros, pode-se comparar, por acaso, a alma dum chino, amador de loiço chá e de papagaios de seda, com a dum europeu comerciante de vinhos?

O que poderemos considerar semelhante em todo o mundo (e nisto fazemos ainda um regionalismo terráqueo...) é o instinto humano, pela razão de que a sua génese não provem da educação e do meio, antes nasce com o individuo como genuína manifestação animal. Este instinto animal, sob outras formas que não a humana, encontra-se mesmo em todas as especies inferiores, e ás vezes bem maravilhosamente. Poderá haver confusão entre este instinto e a alma? Entre o acto animal e irrefletido e o complexo psíquico a que se convencionou dar o nome de alma?...

Cortando a digressão, direi que realmente ha obras que são resumos da Humanidade (internacionais, lhas chamaria V.), raras, sem dúvida, mas que abarcam a vida e grandes golpes de luz, o extraordinario *Fausto*, de Goethe, por exemplo... Mas o que me parece é que V. não emprega a palavra internacional (impropria, perdoo-me dizer-lho) em criações exclusivamente como essa... Julgo que a destina a obras que facilmente alcançam traduções, quer porque a sua linguagem macia as torne mais propensas á compreensão dos tradutores, quer por que a sua acção se reveste duma tal falta de caracter que indefectivamente nos leve a supôr la no scenario século-vintesco de Paris ou no bucólico pano de Arras da minha vilória natal.

Qualquer obra de Sh-kespeare pode servir de objecção. Escolhámos *Macbeth*... Essa tragedia do grande poeta inglês, que é no mundo dos mais profundos conhecedores da alma humana, faz reviver o britânico medievalismo bárbaro em versos de linguagem

Conclue na 2.ª pagina

## A PESCA Os espanhóis no nosso mar

O Ministro da Marinha e a fiscalisação

Palavras de D. José Tejero na sessão de 11 de Julho de 1925 da Conferencia Internacional de Madrid—... *propusimos la reciprocidad de pesca para consagrar la ley natural y la tradición en las aguas maritimas, fronterizas, especialmente en las de Huelva y de Algarve, donde españoles y portugueses, juntos, formando una hermandad santa, han pescado la sardina durante siglos.*

Afirmações do mesmo D. José Tejero na sessão de 18 de Agosto de 1924 da Comissão Mixta Lusó Espanhola reunida em Lisboa—*«Los conflictos surgen, no entre los pescadores de un país y los de otro, que se auxilian y forman como una hermandad, surgen entre los pescadores de una nacion y las autoridades de la otra, al presentarse los cañoneros para impedir el ejercicio de la pesca, cuando esta se efectua por los naturales de un país frente a las costas del otro.»*

Promessa formal do senhor Ministro da Marinha, Comandante Pereira da Silva, em 14 de Agosto de 1924, á comissão representativa dos interessados algarvios, senhores dr. Carlos Fuzeta, engenheiro Frederico Ramirez e deputado Jaime Cansado:

—*Dou ordens categoricas para se manter a fiscalisação nos locais mais usuais de pesca, para o que irá um barco para a costa de Tavira, outro para o Cabo de Santa Maria e outro para a Ponta de Albufeira. E se for preciso aumento o numero de barcos para a fiscalisação da costa algarvia.*

Factos incontestaveis, asperamente comentados em todo o Algarve—*os espanhóis não abandonam o nosso mar e a nossa fiscalisação cessou por completo ha mais de um mez.*

Conclusões? Estas, somente—o senhor Ministro da Marinha, entendido, certamente, no acordo a que chegaram o Governo de Madrid e a Legação Portuguesa em Espanha, *admiravelmente secundados pelo senhor Melo Barreto*, (termos expressivos da nota officiosa vinda nos jornais) não deseja que se repitam os conflitos entre os pescadores e as autoridades da fiscalisação marítima, convencido pela eloquente persuasão de D. José Tejero, que os pescadores portuguezes e espanhóis formam «una hermandad», como em castiço castelhano está farto de o insinuar o mesmo D. José Tejero. E porque não deseja tais conflitos... o senhor Ministro da Marinha suprime toda a fiscalisação na costa algarvia!

Os espanhóis trazem aos nossos mares, todos os dias, dezenas de galeões, roubam-nos quanto peixe apparece e D. José Tejero, comovido por tão carinhosa hermandad, exclama—*Cierto!*

O senhor Melo Barreto, que costuma secundar admiravelmente estes preludios de confraternisação peninsular, revira o olhito langoroso... E' mais uma grande cruz, pelo menos, em perspectiva!

Pois bem! Desta harmonia entre as palavras de D. José Tejero e os actos do senhor Ministro da Marinha, securda dos admiravel-

mente, com certeza, pelo senhor Melo Barreto, resulta uma vitima que se não resigna ao silencio e que repudia, decidida e altivamente, a hermandad que lhe querem impôr!

É o Algarve, senhor Ministro da Marinha que não está disposto a ser cúmplice de nenhuma transigencia com as ambições espanholas e que se revolta e se indigna e se desespera com a hipótese de qualquer submissão, humilhante para a dignidade nacional, ruínosa para os mais altos interesses da provincia!

Pois quê, senhor Ministro da Marinha? Então reduz-se, suprime-se a fiscalisação da pesca exactamente depois de sofrermos uma violenta prepotencia da Espanha na barra do Guadiana e depois de se saber, provadamente, que tal violencia fazia parte do plano de D. José Tejero, sancionado pelos mais altos poderes de Espanha, da terceira ofensiva para a comunidade de pesca em aguas portuguezas?

Como se compreende, como se explica, como se justifica a attitude do senhor Ministro da Marinha?

A questão do Guadiana não pode enxertar-se na questão da pesca. São questões distintas e em ambas o governo tem que pugnar, sem desfalecimentos, sem hesitações, sem transigencias, pelos nossos indiscutíveis direitos, pelos nossos inalienaveis interesses!

Como é, então, que o senhor Ministro da Marinha procede de forma a dar aos algarvios o direito de suporem que as duas questões se fundiram numa só e que essa mesma, para ser tratada com o governo espanhol, foi de antemão amarrada á exigencia da suspensão dos nossos serviços de fiscalisação da costa?

Que é licito supôr perante tão extranha situação?

O senhor Ministro dos Estrangeiros está discutindo diplomaticamente com a Espanha o incidente do Guadiana. As varias comissões de interessados algarvios que o têm visitado vêm com essa certeza e com a impressã de que os nossos direitos e os nossos interesses estão confiados a mãos firmes. Mas e o senhor Melo Barreto? Pode o governo garantir que a acção deste nosso representante se tenha, em tudo e por tudo, ajustado aos interesses nacionais e ás inspirações superiores da nossa chancelaria? Que compromissos tomou em Madrid o senhor Melo Barreto? Que ligação ha entre as palavras e as theorias de D. José Tejero, o acordo de Madrid secundado *admiravelmente* pelo senhor Melo Barreto e a acção do senhor Ministro da Marinha suprimindo a fiscalisação da pesca na costa algarvia?

Estamos em face de uma humilhante transigencia, de uma vergonhosa abdicção ou simplesmente perante mais um caso de desleixo e de incuria?

Mas se se trata de desleixo, de incuria, como pode o Algarve absolver o senhor Ministro da Marinha que relega os seus mais al-

